

Monoteísmo e Intolerância Religiosa e Política

Antonio Ozaí da Silva*

‘Schema Jisroel Adonai Elohenu Adonai Echod’
‘Ouve Israel, o Senhor nosso Deus é o único Senhor’
(*Deuteronômio*, 6, 4.)

"Por causa e em nome de Deus é que se tem permitido e justificado tudo,
principalmente o mais horrendo e cruel"
José Saramago

“Quais medos guardamos em nossos corações
que nos armam contra aqueles que são semelhantes?”
Luiz Alexandre Solano Rossi

Resumo: Este trabalho é uma reflexão sobre a relação entre monoteísmo e a intolerância religiosa e política presente na história. A premissa adotada afirma que os monoteísmos – judaico, cristão e islâmico – tendem a favorecer a intolerância entre os povos e em relação às opções religiosas e políticas dos indivíduos em suas respectivas nações. A dificuldade de aceitar o “outro” é, nessa perspectiva, inerente ao caráter monoteísta, isto é, à imposição de *um* Deus. A análise do politeísmo grego e da experiência monoteísta egípcia, resgatada por Freud, fornece elementos para pensarmos os monoteísmos que conhecemos.

Palavras-chaves: Politeísmo, Monoteísmo, Judaísmo, Freud.



* **ANTONIO OZAÍ DA SILVA** é Doutor em Educação (USP) e Pós-Graduado em História das Religiões (UEM); autor de *Maurício Tragtenberg: Militância e Pedagogia Libertária* (Ijuí; Editora da Unijuí, 2008) e professor do Departamento de Ciência Sociais, Universidade Estadual de Maringá (DCS/UEM). Blog: <http://antoniozai.wordpress.com> Email: aosilva@uem.br



1. Intolerância em perspectiva histórica

A história das religiões monoteístas é também uma história de intolerância. Estas, na medida em que exige o predomínio de *Um Deus Único e Onipotente*, são inerentemente resistentes à existência de outras divindades. Não pode haver concorrentes. Porém, os monoteísmos também embutem a mensagem de solidariedade e respeito ao próximo. Neste sentido, a negação do “outro”, exigência necessária para a identificação do “eu” na relação com o “nós” e o “meu Deus”, faz com que a intolerância religiosa e política coexistam, em maior ou menor grau e a depender do contexto histórico e social, com manifestações de tolerância e aceitação da diversidade. Esta tensão é própria da *guerra dos deuses* e da necessidade de *O Deus* consolidar sua vitória e se tornar *O Único*. Ela está nas origens do monoteísmo.

Historicamente, o pêndulo entre a tolerância e a intolerância religiosa dificilmente atinge um ponto de equilíbrio. Mesmo diante da vitória do Deus Único e Onipotente, as diversas religiões monoteístas passam a disputar externamente e internamente. Assim, judaísmo e cristianismo se tornarão irmãos inimigos, embora seu Deus seja o mesmo; e tanto uns quanto outros sofrerão cisões que dizem respeito às

várias formas de conceber o Deus e aos interesses políticos e religiosos em jogo.

O judaísmo se fortaleceu como a religião dos oprimidos, dos escravos libertados por Moisés à diáspora. Os judeus sofreram a perseguição das autoridades religiosas e políticas do cristianismo ocidental, mas especificamente o catolicismo. Forçados a se converterem, expulsos do Oriente e das nações que os acolhiam, jogados e isolados em guetos e à margem da sociedade dominante, usados por governos e autoridades políticas e religiosas como o *bode expiatório*, até que, em plena modernidade racionalista, foram dizimados aos milhões, vítimas da máquina de guerra hitlerista, do silêncio do ocidente e da ideologia racista que representou a barbárie.

Mas a religião judaica também foi intolerante com os seus dissidentes. Sua autoridade religiosa e política não viu com bons olhos a mensagem e ação daquele que se declarou o *Filho de Deus*, e os que passaram a seguir o Cristo foram perseguidos implacavelmente. É interessante que um dos maiores algozes dos primeiros cristãos tenha sido o judeu Tarso (Paulo), que, posteriormente, convertido ao cristianismo, contribuiria decisivamente para a expansão da nova religião.

O cristianismo, com a descoberta do “novo mundo”, utilizou todos os recursos para impor o seu Deus: a dominação dos povos em toda a América caminhou *pari passu* com o combate aos deuses. A *evangelização* dos povos, em geral considerados inferiores, é um eufemismo que, a despeito da sinceridade dos missionários, pressupunha não apenas a derrocada econômica e social, como também a vitória cultural e a imposição do Deus cristão. Os povos da América

ganharam uma religião e passaram a ter um único Deus a quem deviam se submeter e acreditar e, assim, passavam a contar com a possibilidade de ingressar no paraíso – teriam que morrer, é claro. Mas os seus novos senhores, pelo menos neste ponto os *ajudavam...* Em compensação, perderam suas terras, sua cultura e a própria identidade. O monoteísmo cristão não significou apenas a submissão a *um e único* Deus, mas também a *conversão* à cultura e ao poder econômico e político dominantes. Esta perspectiva parece ser inerente à gênese dos monoteísmos.

O Islamismo concorrerá com os monoteísmos anteriores e, a exemplo de judeus e cristãos, se dividiu em correntes políticas e religiosas conflitantes. Sua história também está repleta de intolerância entre as suas próprias hostes.¹ Contudo, em suas origens foi tolerante em relação ao judaísmo e o cristianismo. O Profeta Maomé não se declara o “novo Cristo”, ou a encarnação de Deus, mas se assume como parte da linhagem dos profetas que o precederam. Sua mensagem não objetiva contradizer Abraão, David, Salomão ou mesmo Jesus. Como enfatiza Karen Armstrong (2001a: 49), Maomé nunca exigiu que judeus e cristãos se convertessem ao Islã, pois compreendia que eles haviam recebido suas próprias revelações e estas eram tão válidas quanto as dele. “O Corão insiste firmemente em que “não haverá coerção em matéria de fé” e manda que os muçulmanos respeitem as crenças de judeus e cristãos, a quem o Corão chama de *ahl al-kitab*, frase em geral traduzida como “Povo do Livro”,

¹ Sobre a evolução e cisões do Islamismo, ver: ANTES (2003); ARMSTRONG (2001a e 2001b); BARTHOLO JR & CAMPOS (1990) e DEAMANT (2004).

mas que estaria mais corretamente traduzida como “povo de uma revelação mais antiga”. Com efeito, o monoteísmo islâmico não é o primeiro; mesmo na península arábica, seu berço de nascimento, havia judeus (duas tribos judaicas moravam em Medina) e também cristãos. Neste ambiente, também havia manifestações politeístas.

2. O politeísmo grego: um exemplo de tolerância



Afrodite



Apolo



Ares



Artemis



Atena



Deméter



Hefesto



Hera



Hércules



Hermes



Póseidon



Zeus

Para nós que vivemos sob a égide do Deus único, seja cristão, judeu ou muçumano, é difícil compreender um mundo em que várias divindades existentes concorriam mas também se complementavam e que, muitas vezes expressavam apenas as necessidades religiosas e políticas de uma localidade e região. Parece-me que o politeísmo pode nos ajudar não apenas a compreender melhor o monoteísmo, como também a tolerância e intolerância no campo religioso e político.

O politeísmo, ao contrário da crença em Um Único Deus, é intrinsecamente tolerante. O povo grego, que nos legou a política democrática enquanto noção de espaço público (*a polis*), a filosofia e também o teatro trágico, possuía diversos mitos, divindades, que expressavam as características humanas, o bem e o mal, o belo e o horror. É-nos difícil compreender a religiosidade dos

gregos se nos mantermos presos à concepção que temos sobre a religião. Em que consistem as diferenças?

“O politeísmo grego não é uma religião do livro: não comporta nem Igreja, nem clero, nem revelação, nem texto sagrado que define o credo ao qual todo fiel deve aderir se quiser obter a salvação. A crença não tem caráter dogmático nem pretensão universalista. Nesse sentido, uma certa forma de tolerância está inscrita no cerne de uma religião que reveste essencialmente a forma de um culto cívico e político. Todas as práticas sociais na família e no Estado, todos os gestos tanto na vida cotidiana de cada um quanto na solenidade das grandes festas comuns têm uma dimensão religiosa. Pode-se dizer que a religião está presente em todos os momentos e em todos os atos da vida coletiva, que a existência social reveste também a forma da experiência religiosa” (VERNANT, 2002: 73).

O politeísmo grego insere a divindade no *locus* da coletividade, ela é vivenciada enquanto prática social vinculada ao cotidiano. Não há o objetivo de converter outros povos; o politeísmo expressa o modo de ser do homem grego. Ao não ter a pretensão de universalizar-se e, inclusive de se manter aberto aos deuses de outros povos, o politeísmo grego é tolerante. Mesmo a forma de crer é diferente dos monoteísmos modernos. Nestes, exige-se a submissão da fé, a entrega total do fiel e a acusação aos não-crentes.

Na Grécia antiga, a religião encontra-se incorporada à vida cívica, de forma que a prática ritual indica pertencimento à cidade, à comunidade civil. Mesmo o crítico, e há espaço para este, se insere na prática religiosa. Não se trata para este de “não-crer”, mas de abrir mão do

estatuto de cidadão grego. Em nosso tempo, o “não-crer” tem outro sentido completamente diferente: se refere à relação do indivíduo com a instituição religiosa, a qual representa a divindade. Na Grécia antiga, o indivíduo não-crente não rompe com a sua condição de membro da comunidade política. Não há clero organizado, não há instituição religiosa oficial; inexistente o dogma, a verdade revelada e inquestionável. Portanto:

“A crença nos deuses não poderia então adotar a forma de um pertencimento a uma Igreja, ou da aceitação de um conjunto de proposições dadas como verdadeiras e que escapam, por seu caráter de revelação, à discussão e à crítica. O “crer” nos deuses do homem grego não se situa em um plano propriamente intelectual; não visa fundar um conhecimento do divino; não possui nenhum caráter de doutrina. Nesse sentido, o terreno está livre para o desenvolvimento, fora da religião e sem conflito aberto com ela, das formas de pesquisa e de reflexão cujo objetivo será precisamente criar um saber e atingir a verdade como tal” (Id. 177).

O sistema politeísta grego está vinculado à organização sociopolítica da *polis*. Trata-se, neste caso, de uma *religião política*. “Isto significa que o religioso, por ser sociopolítico, é muito mais uma forma de vida social e de vida coletiva do que, primeiramente, uma forma de experiência pessoal e de relação pessoal com a divindade” (Id.: 202). A privatização do religioso, vale dizer, da relação do *eu* com a divindade, é um fenômeno da modernidade, em especial da necessidade do Estado moderno em separar-se da religião e relegar esta ao âmbito do indivíduo. Essa relação, que vincula o “eu” a Deus, não pode ser concebida sem a idéia da

transcendência, algo inexistente no mundo grego. A relação do indivíduo com a divindade, no caso grego, se exerce pela mediação do social.

O politeísmo grego não se pretende universalizante. As divindades estão enraizadas em solo grego, expressam o universo religioso desta sociedade. A religião dos gregos “não se encarna, dentro desta sociedade, em um corpo sacerdotal que está ao mesmo tempo dentro e fora. Não. A religião grega existe para os gregos! Ao contrário, eles estarão plenamente prontos a aceitar, de vez em quando, quando puderem tirar algum proveito, um deus do estrangeiro. Para eles, certas religiões são tão boas quanto a deles; têm a maior admiração pela religião egípcia e, mesmo na época helenística, são facilmente fascinados pelo judaísmo ou pelas religiões da Índia” (Id.: 203). Vêem a si mesmos, à sua religião e sociedade, como expressão da civilização; desenvolvem, mesmo, um sentimento de superioridade. Mas também demonstram um grau de tolerância inadmissível para as religiões monoteístas. Se o monoteísmo exige a submissão a um único Deus, expressão de uma verdade absoluta revelada e sacralizada na palavra inscrita no livro, os gregos relativizam a própria “crença”; “estão convencidos de que, para eles, “as coisas são assim”, mas entendem muito bem que em outro lugar sejam diferentes” (Id.: 204).

O politeísmo, na medida em que admite os conflitos humanos e mesmo no âmbito das divindades, é inerentemente democrático. O monoteísmo, na medida em que exige a derrota dos outros deuses e o reinado do UM, tende à intolerância e à supressão das divergências. Porém, do ponto de vista histórico, o monoteísmo também tem alimentado uma perspectiva

democrática – por exemplo, em relação à prioridade do indivíduo na religião protestante; a própria divisão do monoteísmo em diversas correntes, seitas e igrejas, gerou o duplo movimento de intolerância e de busca de convivência recíproca (ecumenismo). No politeísmo grego, o risco da intolerância quanto às atividades intelectuais é consideravelmente menor do que no monoteísmo: “Sem Igreja ou clero, sem dogma ou credo, sem teologia, a religião regula de fato o conjunto das práticas de culto, mas não domina a vida do pensamento. Deixa subsistir, fora dela, espaços onde se desenvolve a pesquisa sobre a verdade, pela negação crítica, a discussão argumentada, o debate contraditório” (Id.: 470). Eis o caráter democrático dos gregos e a explicação de porque são considerados inventores da democracia, da política e da razão.

3. Freud e o monoteísmo



Sigmund Freud, em sua polêmica obra “*Moisés e o Monoteísmo*”, trás à tona o que provavelmente seja uma das primeiras manifestações do monoteísmo da história das religiões. Em suas palavras:

“Em resultado das conquistas da XVIII Dinastia, o Egito tornou-se

um império mundial. O novo imperialismo refletiu-se no desenvolvimento das idéias religiosas, se não de todo o povo, pelo menos de seu estrato superior governante e intelectualmente ativo. Sob a influência dos sacerdotes do deus solar em On (Heliópolis), fortalecida talvez por impulsos provindos da Ásia, surgiu um deus universal Aten, a quem a restrição a um único país e a um único povo não mais se aplicava. No jovem Amenófis IV, chegou ao trono um faraó que não tinha interesse mais alto do que o desenvolvimento dessa idéia de um deusa. Ele promoveu a religião de Aten a religião estatal e, através dele, o deus universal tornou-se o *único* deus: tudo o que se contava de outros deuses era engano e mentira” (FREUD, 1975: 76)

A expansão do império egípcio, sob o deus Aten, exigiu a submissão das divindades dos outros povos, e destes ao faraó. A divindade egípcia, por sua vez, abandonou a sua limitação nacional para tornar-se universalizante. A dominação política do faraó sobre os novos territórios e povos incluía o domínio religioso. Aten e o faraó são expressões do mesmo poder imperialista, ao qual os povos e suas deidades deveriam se submeter. Mas tal submissão não atinge apenas os povos conquistados: ela começa em casa. Nesse sentido, a consolidação do deus Aten pressupunha a derrota dos deuses locais, adorados e cultuados pela população egípcia. O poder político do faraó, na medida em que se amparava no deus único e universal, não poderia admitir deidades concorrentes.

Antes do domínio do deus Aten, a religião egípcia se caracteriza por um politeísmo irrestrito. Para avaliarmos o significado dessa mudança, do politeísmo

ao monoteísmo de Aten, vale a pena recorrer a Freud:

“Na religião egípcia, há uma quantidade quase inumerável de divindades de dignidade e origem variáveis: algumas personificações de grandes forças naturais como o Céu e a Terra, o Sol e a Lua, uma abstração ocasional como Ma’at (Verdade ou Justiça), ou uma caricatura como Bes, semelhante a um anão, a maioria delas, porém deuses locais, a datar do período em que o país estava dividido em numerosas províncias, deuses com a forma de animais, como se ainda não tivessem completado sua evolução a partir dos antigos animais totêmicos, sem distinções nítidas entre eles, mas diferindo nas funções que lhes eram atribuídas. Os hinos em honra desses deuses dizem quase as mesmas coisas sobre todos eles e os identificam decididamente uns com os outros, de maneira desesperadamente confusa para nós. Os nomes dos deuses são combinados mutuamente, de modo que um deles pode ser quase reduzido a um epíteto do outro” (Id., 32).

Esta pluralidade foi suprimida pela força política do faraó, somada à idéia religiosa do *deus único*. Isto, é claro, não se deu sem resistências internas e externas. Não se impõe um Deus sem que se derrote as demais deidades; e a derrota destas pressupõe a perseguição aos seus devotos e adoradores. A reforma religiosa de Amenófis IV teve a oposição dos sacerdotes do deus Amun. O acirramento do conflito entre o faraó e os que resistiam à nova religião levou o supremo governante egípcio a mudar o seu nome para Akhenaten². Dessa forma, ele eliminava de si qualquer

² O novo nome tem basicamente o mesmo significado do anterior, Amenófis, ou seja: ‘O Deus está satisfeito’.

referência ao deus Amun. Abriu-se, então, um novo período de intensa intolerância política e religiosa:

“Mas não foi apenas do próprio nome que ele expungiu o do detestado deus: apagou-o também de todas as inscrições, inclusive onde aparecia o nome de seu pai, Amenófis III. Pouco depois de alterar seu nome, Akhenaten abandonou a cidade de Tebas, dominada por Amun, e construiu para si uma nova capital pela qual deu o nome de Akhetaten (o horizonte de Aten)” (Id.: 36).

A intolerância religiosa atingiu não apenas Amun, mas tudo o que se referisse a ele: “Por todo o reino, templos foram fechados, proibido o serviço divino, confiscadas as propriedades dos templos. Na verdade, o zelo do rei chegou ao ponto de fazer examinar os monumentos antigos, a fim de que a palavra ‘deus’ fosse nele obliterada, quando ocorresse no plural” (Id.: 37)

A religião monoteísta imposta sob Amenófis IV, cujo reinado durou apenas 17 anos, trouxe em seu bojo a intolerância, um fenômeno desconhecido anteriormente. A intolerância produz não apenas a resistência, mas também os intolerantes e fanáticos de todas as espécies. Os que dominam hoje serão desafiados; e entre os que desafiam a ordem estão os que, em nome da liberdade ou dos seus próprios deuses, imporão a nova intolerância.

Após a morte de Amenófis IV, em 1.358 a.C., sua religião e o deus Aten foram varridos e sua memória foi proscrita. Após um período de confusão, a ordem foi restaurada pelo general Haremhab, que reinou até 1.315 a.C. os novos governantes trataram de aniquilar tudo o que lembrasse o “rei

herético” e o monoteísmo instaurado por ele. Apesar do seu poder e da repressão, a religião do Faraó não se tornara popular, e essa experiência monoteísta foi, durante muito tempo, mantida sob o esquecimento. A sua morte significou também o aniquilamento, pelos novos dominantes, do deus Aten. Com a vitória do general Haremhab:

“A gloriosa XVIII Dinastia estava no fim e, simultaneamente, suas conquistas na Núbia e na Ásia foram perdidas. Durante esse sombrio interregno, as antigas religiões do Egito foram restabelecidas. A religião de Aten foi abolida. A cidade real de Akhenaten foi destruída e saqueada, e a memória dele proscrita como a de um criminoso” (Id.: 37).

4. O monoteísmo judaico

Embora efêmera, a experiência monoteísta egípcia comprova o caráter inerentemente intolerante inscrito na imposição do *Deus único e onipotente*. Por outro lado, se, como argumenta Freud, o monoteísmo egípcio tem como um dos fatores principais a expansão imperialista do Egito no período, como explicar o monoteísmo judaico? Como escreve Freud, com certa dose de ironia:

“No Egito, até onde podemos compreender, o monoteísmo cresceu como um subproduto do imperialismo. Deus era reflexo do faraó, que era o soberano absoluto de um grande império mundial. Com os judeus, as condições políticas eram altamente desfavoráveis ao desenvolvimento de um deus nacional exclusivo para a de um deus soberano universal do mundo. E onde foi que essa minúscula e impotente nação achou a arrogância de declarar-se a si própria filha favorita do grande Senhor?” (Id.: 82-83).

O monoteísmo judaico remonta à Terra de Israel, ou Palestina, território situado na margem oriental do Mediterrâneo, entroncamento das vias comerciais e militares que ligavam o Egito e a Mesopotâmia (atual Iraque), pólos do Oriente Médio. Esta posição estratégica fez com que, historicamente, a Palestina fosse alvo de disputas, invasões e migrações freqüentes. O pastor Abraão, da UR dos caldeus (uma das principais cidades no sul da Mesopotâmia) migrou para a terra prometida por Javé, quem, revelando-se ao primeiro dos patriarcas, disse:

“Saia de sua terra, do meio de seus parentes e da casa de seu pai, e vá para a terra que lhe mostrarei. Eu farei de você um grande povo, e o abençoarei; tornarei famoso o seu nome, de modo que se torne uma bênção. Abençoarei os que abençoarem você e amaldiçoarei os que o amaldiçoarem. Em você, todas as famílias da terra serão abençoadas” (GÊNESIS, 12, 1-3).

O patriarca, sua mulher Sarai, o sobrinho Lô e os escravos que haviam adquirido, estabeleceram-se em Canaã: “Abraão atravessou a terra até o lugar santo de Siquiém, no Carvalho de More. Nesse tempo, os cananeus habitavam essa terra”. Mas Deus declarou-se o proprietário das terras dos cananeus e prometeu-a a Abraão: “Javé apareceu a Abraão e lhe disse: Eu darei esta terra à sua descendência”. Abraão construiu aí um altar a Javé, que lhe havia aparecido” (Gênesis, 12, 6-7). Abraão teve que migrar para o Egito. O livro Gênesis relata a trajetória dos descendentes do patriarca até o estabelecimento no Egito. Os filhos de Israel se multiplicaram no Egito, e foram escravizados pelo faraó. Javé recorda da aliança feita com Abraão e a sua descendência e decide agir, através

de Moisés, para libertar seu povo e encaminhá-lo à terra prometida.



Nessa época, o politeísmo prevalecia na região. Paulatinamente, as demais divindades passaram a ser negadas e incorporadas na crença do Deus único:

“Deus veio à existência como um amálgama de vários dos deuses e deusas semíticos que Israel havia encontrado em sua história originalmente nômade. À medida que o monoteísmo progressivamente suplantava o politeísmo em Israel, os poderes, responsabilidades e respectivos traços de personalidade dessas divindades, em vez de simplesmente suprimidos, tendiam a aparecer em novas atribuições a Javé Elohim, deus de Israel” (MILES: 252).

A prevalência do Deus de Abraão representou a vitória de Javé sobre as diversas divindades semíticas e também expressa a necessidade de o povo escolhido, o povo hebreu, vencer simultaneamente os outros povos e os seus deuses. A imposição do Deus judaico exigia a predominância deste povo como nação diante das demais nações e seus povos. Nesse sentido, o Deus de Israel precisava se mostrar eficiente, isto é, mais poderoso do que as demais divindades dos demais povos.

Como enfatiza Croatto (1985:39): “A Bíblia registra a luta entre o Deus de Israel, Iahweh e os deuses estrangeiros (*élohê nekar*, “deuses do estrangeiro”), ou simplesmente outros deuses (*élohim ajerim*)”.

A revelação de Deus a Abraão, e sua aliança com o povo escolhido, marca a origem do monoteísmo judaico. Este fato representou uma verdadeira revolução mental e social:

“Jeová não apenas eliminou todos os seus concorrentes sobrenaturais, mas fundou também um novo tipo de relação com os judeus: um contrato com deveres e direitos mútuos. Os judeus seguiriam minuciosamente a lei sagrada e se transformaria num povo sacerdotal, voltado ao serviço divino. Em contrapartida, Deus lideraria e protegeria seu povo. Em vez da imprevisibilidade caótica de uma natureza pouco controlada, cujos acessos de raiva fatais eram atribuídas à arbitrariedade e à irresponsabilidade dos deuses, entrou em cena uma entidade onipotente, onisciente – e totalmente boa” (DEMANT, 2004: 30-31).

Nem tanto! O Deus do *Antigo Testamento* é um deus irado, severo e implacável com os demais deuses dos outros povos e mesmo com o povo que escolheu. Ele, Javé, não titubeia em tentar matar o próprio Moisés, que negligenciara e não fizera a circuncisão do seu filho (Êxodo, 4, 24-26) e, em sua luta contra o faraó, não poupará o povo egípcio e as crianças³, que terminam por

³ “Nessa noite, eu passarei pela terra do Egito, e matarei todos os primogênitos egípcios, desde os homens até os animais. E farei justiça contra todos os deuses do Egito. Eu sou Javé. O Sangue nas casas será um sinal de que vocês estão dentro delas: ao ver o sangue, eu passarei adiante. E o flagelo destruidor não atingirá

sofrer as conseqüências do confronto entre Javé e a política do governante.

A identificação entre o povo e Deus talvez explique a fonte da auto-estima e orgulho próprios dos povos se vêem como “os eleitos”. Porém, ter o privilégio de ser o mais amado pelo Pai trás dissabores como o ciúme e o ódio dos demais. O monoteísmo judaico erigiu um Deus grandioso e Senhor absoluto, orgulhoso em sua grandeza. E, como afirma Freud (1975: 134), “o orgulho da grandeza de Deus se funde com o orgulho de ser escolhido por ele”. Se isto o ajudou a sobreviver durante os milênios, também lhe causou muitos sofrimentos.

Considerações quase conclusivas

No relato freudiano sobre “o primeiro e talvez o mais claro caso de uma religião monoteísta na história humana” (FREUD, 1975:76), destaca-se a vinculação entre a expansão imperialista e a necessidade de submeter os povos e seus deuses a um único Deus. Na verdade, não existe uma relação automática entre estes fatores: vários povos, como os romanos, foram expansionistas, mas não estabeleceram o monoteísmo nem exigiram dos povos conquistados a submissão aos seus deuses. Estes conquistadores toleravam os cultos e as religiões dos povos e territórios colonizados. O Islamismo também tolerou os *Povos do Livro*, isto é, os judeus e cristãos (em certos momentos históricos, esta tolerância é rompida).

Por fim, é importante notar como a idéia do *povo eleito* alimenta nos tempos atuais o fundamentalismo político e religioso dos que acreditam terem direitos sagrados à Terra Santa ou dos que se imagem “donos do mundo”.

vocês, quando eu ferir o Egito” (Êxodo, 12, 12-13). Estranha justiça essa!

Também não deixa de ser curioso notar que o povo judeu, a despeito de ser protegido e eleito por Javé, tenha sido um dos povos que mais sofreu perseguições, que foi lançado à diáspora e levado ao holocausto. Os judeus bem que poderiam clamar, e muitos o fizeram: “Onde estavas, Oh Senhor?!”. Paradoxalmente, nos períodos mais difíceis da diáspora e da barbárie nazista-fascista, a religião foi um dos últimos amparos. Não menos importante é o fato de que esta fornece à nação judaica uma identidade comum. A necessidade da defesa leva ao fortalecimento dos laços de identificação e exigem, em certa medida, a negação do *outro*. Ao adquirir caráter religioso e vincular-se a idéia de um Deus onipotente e infalível, os que falam em seu nome tendem a alimentar a intolerância. É claro que esta não advém apenas de fatores eminentemente religiosos, mas estes fornecem uma justificação quase intransponível. É essa a história da intolerância religiosa sob a égide dos monoteísmos.

O *fator Deus*, como diria Saramago, induziu à guerra dos homens e dos deuses. Muitas atrocidades foram praticadas e se praticam *Em Nome de Deus*. Em seu *Nome* os homens decretaram a barbárie; em seu *Nome* os grandes inquisidores instauram o reino de terror na terra; em seu *Nome*, instituiu-se os fundamentalismos que excluem o *outro*, mesmo os que acreditam no mesmo Deus, mas o fazem de maneira diferente. Seria esta uma constante na história humana? Será uma propriedade do monoteísmo? Em que medida este favorece ou não a intolerância? Parece-nos que desvelar a intolerância dos que agem em *Nome de Deus* pode nos levar a refletir sobre a religião, o monoteísmo e a necessidade da tolerância entre os homens e os seus deuses.

Referências

- ANTES, Peter. (2003). *O Islã e a Política*. São Paulo: Paulinas.
- ARMSTRONG, Karen. (2001a) *O Islã*. Rio de Janeiro: Objetiva.
- ARMSTRONG, Karen. (2001b) *Em Nome de Deus: O Fundamentalismo no Judaísmo, no Cristianismo e no Islamismo*. São Paulo: Companhia das Letras.
- BARTHOLO JR., Roberto S. & CAMPOS, Arminda Eugenia. (orgs.) (1990) *Islã – O credo e a conduta*. Rio de Janeiro: Imago Editora; ISER.
- BÍBLIA DE JERUSALÉM. (1995) “*Introdução ao Pentateuco*”. São Paulo: Paulus (7ª impressão).
- BÍBLIA SAGRADA – EDIÇÃO PASTORAL. (1990) São Paulo: Sociedade Bíblica Católica Internacional e Paulus.
- CROATTO, Severino. (1985) *A luta dos deuses*. São Paulo: Paulinas.
- DEMANT, Peter. (2004) *O Mundo Muçulmano*. São Paulo: Contexto.
- FREUD, Sigmund. (1975) *Moisés e o Monoteísmo* (Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud, volume XXIII). Rio de Janeiro: Imago Editora.
- MILES, Jack. *Cristo: Uma Crise na Vida de Deus*. São Paulo: Companhia das Letras.
- SAMARGO, José. “*O fator Deus*”. Folha de S. Paulo, 16.09.01. (Publicado in: **Revista Espaço Acadêmico**, nº 05, outubro de 2001. Site: http://www.espacoacademico.com.br/005/05dos_sie_saramago.htm)
- VERNANT, Jean-Pierre. (2002) *Entre Mito e Política*. São Paulo: Edusp.